A Era Digital e a Insegurança da Mulher Após a Concessão de Medidas Protetivas - Lei 11.340/06

Autor(res)

Livia Maria De Brito Rodrigues Vasconcelos
Fabiula Feitosa Rodrigues
Tiago Sousa Melo
Messias Júnior Gomes Alves

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SOBRAL

Introdução

As inúmeras e crescentes mortes diárias de mulheres no Ceará ainda é uma realidade na atualidade, e continua a crescer a cada dia, sem nenhuma perspectiva de melhora. O presente estudo busca analisar os recursos, a educação e as consequências da aplicação e efetividade da medida protetiva concedida pela lei 11.340/06 para a segurança da mulher. Ademais, é de suma importância o conhecimento da utilização dos recursos tecnológicos já existentes e aplicados pelo Governo do Estado do Ceará na denúncia, proteção, acolhimento e cuidados das mulheres que são vítimas de violência doméstica, bem como a análise dos projetos de lei em tramitação em alguns estados, que visam aprimorar a segurança e reduzir os alarmantes índices de mortalidade feminina.

Objetivo

A pesquisa busca refletir sobre a adoção de medidas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com a implementação de projetos de lei e de medidas educativas e técnicas, utilizando como norte a Lei 11.340/06.

Material e Métodos

A metodologia adotada deste estudo e procedimento teórico básico, baseou-se na coleta de dados e pesquisa de natureza bibliográfica, através de revisão de literatura sobre o tema, e documental, analisando a legislação referente sobre o tema que utilizou a abordagem qualitativa, e os demais elemento necessários, se estabeleceu uma premissa geral da metida protetiva, o trabalho foi dividida em: Identificação do problema; Levantamento Bibliográfico; Análise e solução do problema.

Resultados e Discussão

As medidas protetivas de urgência são instrumentos judiciais trazidos pela Lei 11.340/06, e tem como objetivo garantir a proteção imediata da mulher em situação de violência doméstica familiar. O estudo mostrou que o Ceará tem o quinto maior índice de assassinato de mulheres do país, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 5,5 (IPCE, 2023). Uma nova lei sancionada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva modifica o Artigo 19

e acrescenta o Artigo 40, determinando que as medidas protetivas de urgência sejam concedidas de maneira sumária – já no momento em que a vítima apresenta denúncia perante autoridade policial (Lei nº 14.550/2023). Ademais, vigem para a aprovação, na Câmara do Deputados, dois projetos de Lei (PL) com o intuito de dar garantias legais as mulheres vítimas de violência. Tais projetos devem ser implementados, a fim de garantir uma maior efetividade as medidas protetivas.

Conclusão

Neste trabalho, constata-se o crescimento no número de óbitos de mulheres vítimas de agressão. Ademais, é observado que a criação da Lei Maria da Penha em 2006, trouxe medidas protetivas deferidas pelo poder Público no âmbito legal, com o intuito de minimizar o número de mulheres que sofrem em virtude da violência doméstica (Brasil, 2006). Contudo, apesar dos esforções do Poder Legislativo, tais medidas protetivas não suprem a questão da segurança da mulher.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 14 de out. 2023.

CUT. Central Única das Favelas. Feminicídio: Ceará registra mês mais violento para as mulheres dos últimos seis anos. Disponível em: https://ce.cut.org.br23/01/27. Acesso em 14 out. 2023.

G1. O Globo. Ceará tem o quinto maior índice de assassinato de mulheres do país. Disponível em: https://g1.globo.com. Acesso em 14 out. 2023.

IPCE. Instituto de Pesquisas do Ceará. ENFOQUE ECONÔMICO – Nº210. Diretoria de Estudos Sociais – DISOC. Violência contra mulher no Ceará.Disponível em https://www.ipece.ce.gov.br.Acesso em 14 out.2023.

UOL. Revista Brasil Escola. Monografia Curso Graduação em Direito. As medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Disponível em: https://www.monografias.brasilescola.uolcom.br. Acesso em 14 out. 2023.